



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

PRM-JPR-RO-00010368/2025

**Procedimento n.º 1.31.000.001105/2025-11**

**RECOMENDAÇÃO n.º 31/2025/1ºOfício/PRM-JPR**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do Procurador da República que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições institucionais, constitucionais e legais, em especial aquelas previstas no artigo 6º, incisos VII, alínea “a”, e XX, da Lei Complementar n.º 75/1993;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º da Constituição Federal de 1988 estabelece dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal consignou os princípios da igualdade (artigo 5º, inciso XXXI do artigo 7º e inciso VIII do artigo 37), da integração social (inciso IV do artigo 203, inciso III do artigo 208, inciso II do §1º e §2º do artigo 227) e da ampla acessibilidade (artigo 244);

**CONSIDERANDO** que o artigo 129 da Constituição da República de 1988 diz ser função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ-RO

Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO  
CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400  
E-mail: prro-jipaloficio@mpf.mp.br  
www.mpf.mp.br/mpfservicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**


**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal também estabelece que é de competência comum da União e demais entes federativos garantir os direitos das pessoas com deficiência (artigo 23, inciso II);

**CONSIDERANDO** o dever do Ministério Público de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos à acessibilidade das pessoas deficientes, garantindo a inclusão social de todos, conforme preceitua a alínea a do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93;

**CONSIDERANDO** que o artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar n. 75/1993 dispõe competir ao Ministério Público da União a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** o que dispõe o artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/1993 que diz competir ao Ministério Público da União *“expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”*;

**CONSIDERANDO** que o art. 1º da Resolução 164/2017 do CNMP dispõe que *"a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas"*;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI- PARANÁ-RO	Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400 E-mail: prro-jipa1oficio@mpf.mp.br www.mpf.mp.br/mpfservicos
-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

**CONSIDERANDO** que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil *"erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais"* (art. 3º, III, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *"cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência"* (art. 23, II, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que a *"assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária"* (art. 203, IV, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que cabe aos entes federativos a criação de *"programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação"* (art. 227, §1º, II, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) estabelece que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (artigo 4º);



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ-RO

Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO  
CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400

E-mail: prro-jipa1oficio@mpf.mp.br  
www.mpf.mp.br/mpfservicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

**CONSIDERANDO** que a *"pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva"* (art. 31, caput, da Lei nº 13.146/15), bem como que o *"poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência"* (art. 31, §1º, da Lei nº 13.146/15)

**CONSIDERANDO** que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - incorporada no Brasil com status de emenda constitucional - estabelece, em seu art. 28, *"1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a um padrão adequado de vida para si e para suas famílias, inclusive alimentação, vestuário e moradia adequados, bem como à melhoria contínua de suas condições de vida, e tomarão as providências necessárias para salvaguardar e promover a realização desse direito sem discriminação baseada na deficiência. 2. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à proteção social e ao exercício desse direito sem discriminação baseada na deficiência, e tomarão as medidas apropriadas para salvaguardar e promover a realização desse direito, tais como: a) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a serviços de saneamento básico e assegurar o acesso aos serviços, dispositivos e outros atendimentos apropriados para as necessidades relacionadas com a deficiência; b) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência, particularmente mulheres, crianças e idosos com deficiência, a programas de proteção social e de redução da pobreza; c) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência e suas famílias em situação de pobreza à assistência do Estado em relação a seus gastos ocasionados pela deficiência, inclusive treinamento adequado, aconselhamento, ajuda financeira e cuidados de repouso; d) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência a programas habitacionais públicos; e) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a programas e benefícios de aposentadoria"*;



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ-RO

Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO  
CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400

E-mail: prro-jipa1oficio@mpf.mp.br  
www.mpf.mp.br/mpfservicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

**CONSIDERANDO** que esses direitos, de base constitucional, devem ser interpretados e implementados à luz do princípio da máxima eficácia, de forma a aproximar o plano normativo da realidade social;

**CONSIDERANDO** o teor das informações obtidas a partir da Notícia de Fato nº 1.31.000.001105/2025-11, autuada a partir da DIGI-DENÚNCIA Nº 20250040855-2025 - PRM-JPR-RO-00006689-2025 com o objetivo de verificar a possibilidade de auxílio assistencial do governo federal, por meio do programa Aluguel Social, às pessoas com deficiência atendidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ji-Paraná/RO;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do ofício 1175/2025/GAB.SNDPD/SNDPD/MDHC - PRM-JPR-RO-00008295/2025, a Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, informou que *"O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Novo Viver sem Limite é uma iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), para garantir mais dignidade às pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades em todo território nacional e é coordenado por esta Secretaria Nacional. Disponibilizamos em anexo a Cartilha do NVSL e indicamos o sítio eletrônico <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/> para conhecer melhor o programa, as diversas ações em curso nos 4 eixos de ação em prol da efetivação dos direitos da pessoa com deficiência"*;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do ofício 1175/2025/GAB.SNDPD/SNDPD/MDHC - PRM-JPR-RO-00008295/2025, a Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, informou que *"O município Ji-Paraná ainda não fez a adesão ao NVSL, mas somos entusiastas da possibilidade de tê-lo como parceiro e beneficiário do conjunto de ações ofertadas"*;



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ-RO

Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO  
CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400

E-mail: [prro-jipaloficio@mpf.mp.br](mailto:prro-jipaloficio@mpf.mp.br)  
[www.mpf.mp.br/mpfservicos](http://www.mpf.mp.br/mpfservicos)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

**CONSIDERANDO** que o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Novo Viver Sem Limite (NVSL) do Governo Federal, acima mencionado, prevê medidas que poderiam auxiliar o déficit habitacional das pessoas com deficiência no Município de Ji-Paraná/RO, tais como Unidades de Acolhimento (com Abrigo, Casa-Lar e Família Acolhedora) e Centros Dia;

**CONSIDERANDO** que, instigado a se manifestar sobre os fatos, a Prefeitura de Ji-Paraná/RO, por meio do ofício nº 422/GABPREF/2025 - PRM-JPR-RO-00009838/2025, informou que *"A análise preliminar realizada pela SEMASF identificou que, para aderir ao Plano, seria indispensável assumir despesa continuada com recursos próprios, sem previsão no orçamento vigente (LOA 2025) nem impacto financeiro estimado e aprovado na LDO e no PPA, o que implicaria afronta ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Dessa forma, a não adesão neste momento visa resguardar o Município de criar serviços cuja sustentabilidade financeira não estaria garantida, evitando riscos de interrupção futura e de responsabilização dos gestores pelos órgãos de controle. Destaca-se, entretanto, que a SEMASF está elaborando estudo técnico-financeiro para dimensionar a capacidade de execução do NVSL no âmbito municipal, visando subsidiar futura deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e eventual inclusão nas peças orçamentárias subsequentes"*;

**CONSIDERANDO** que o princípio da reserva do possível deve ser interpretado restritivamente quando confrontado com direitos constitucionais, amparados pela máxima eficácia, especialmente em situações nas quais se busque garantir o mínimo existencial de grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência, muitas vezes atingidas ainda por outros fatores que aprofundem sua vulnerabilidades, tais como a pobreza;

**CONSIDERANDO** que, em tais situações, mesmo que se alegue inviabilidade

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO	Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400 E-mail: prro-jipa1oficio@mpf.mp.br www.mpf.mp.br/mpfservicos
--	--------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

orçamentária, tal posição deve ser exaustivamente comprovada tanto do ponto de vista contábil quanto por juízo de ponderação em relação às escolhas do administrador pela alocação dos recursos disponíveis;

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL resolve:**

**RECOMENDAR** à Prefeitura de Ji-Paraná/RO, que:

**1)** Com fulcro no art. 6º, XX, da LC n.º 75/93, no **prazo de 60 (sessenta) dias**, tome todas as providências cabíveis, inclusive orçamentárias, para viabilizar a adesão ao Plano Nacional Novo Viver Sem Limite, notadamente quanto às ações de Unidades de Acolhimento (Residências Inclusivas, Abrigo, Casa-Lar e Família Acolhedora) e Centros Dia, já a partir do ano de 2026;

**2)** No caso de entender inviável a adesão ao Plano, especialmente quanto às ações acima mencionadas, que justifique tal posicionamento mediante comprovação contábil da inviabilidade orçamentária, inclusive considerando a possibilidade de realocação de recursos de outras áreas;

**3)** Para tanto, com fulcro do art. 8º, §5º, da LC n.º 75/93, fixo o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento, para que se manifeste: **a)** pelo acatamento da presente Recomendação, indicando, para tanto, as medidas que já foram tomadas, bem como as que ainda serão providenciadas para integral cumprimento do recomendado; ou **b)** pelo não acatamento da presente Recomendação, indicando, para tanto, quais as justificativas existentes para descumprimento do recomendado. Em quaisquer dos casos, a manifestação deverá ser acompanhada de documentação comprobatória respectiva;



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE JI-  
PARANÁ-RO

Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO  
CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400

E-mail: prro-jipaloficio@mpf.mp.br  
www.mpf.mp.br/mpfservicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**  
**GABINETE DO 1º OFÍCIO**

4) O Ministério Público Federal considerará, para fins de ulteriores eventuais medidas de responsabilização (administrativa, penal etc.), a **data da entrega** da presente Recomendação como marco inicial da contagem dos prazos estipulados anteriormente, de modo que a ausência de resposta será caracterizada como omissão/desídia passível de imputação nos termos legais;

5) Em caso de acatamento à Recomendação, ao final do prazo estipulado no ponto 1), caberá a Prefeitura de Ji-Paraná/RO comunicar o Ministério Público Federal acerca do cumprimento integral do recomendado, independentemente de intimação para tanto;

Registre-se, por derradeiro, que a presente Recomendação não esgota a atribuição do órgão ministerial federal, que se reserva, desde já, no direito de adotar futuras medidas deliberativas pertinentes e necessárias a regularização do contexto aqui tratado (nova Recomendação, ajuizamento de Ação Civil Pública, Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa, Ação Penal Pública Incondicionada etc).

Ji-Paraná/RO, data da assinatura eletrônica.

*assinado digitalmente*

**THIAGO FERNANDES DE FIGUEIREDO CARVALHO**

Procurador da República

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO	Av. Cloves Arraes Chaves, 1415, Centro, Ji-Paraná/RO CEP 76900-045 - Tel: (69) 3411-2400 E-mail: prro-jipa1oficio@mpf.mp.br www.mpf.mp.br/mpfservicos
--	--------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------